

SUMÁRIO

Editais sistematizados (para facilitar a pesquisa e otimizar seu estudo)	31
Capítulo I	
FONTES E INTEGRAÇÃO. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO	37
1. Fontes e integração	37
2. Eficácia da norma processual no tempo e no espaço	39
2.1. Eficácia no tempo	39
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista)	41
2.1.1.1. Honorários Periciais	44
2.1.1.2. Honorários Advocatícios	44
2.1.1.3. Recursos	44
2.2. Eficácia no espaço	46
3. Princípios	46
3.1. Introdução	46
3.2. Princípios constitucionais do processo	46
3.2.1. Devido processo legal	46
3.2.2. Princípio do juiz natural	48
3.2.3. Princípio da igualdade processual	48
3.2.4. Princípio da inafastabilidade da jurisdição	49
3.2.5. Princípio do contraditório e da ampla defesa	49
3.2.6. Princípio da motivação das decisões judiciais	51
3.2.7. Princípio da publicidade	52
3.2.7.1. Lei Geral de Proteção de Dados	53
3.2.8. Princípio da duração razoável do processo	54
3.3. Princípios do Código de Processo Civil	55
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito	55
3.3.2. Princípio da cooperação	57
3.3.3. Princípio da boa-fé	57
3.4. Outros princípios processuais	59
3.4.1. Princípio dispositivo	59
3.4.2. Princípio inquisitivo	59
3.4.3. Princípio do duplo grau de jurisdição	60
3.4.4. Princípio da instrumentalidade das formas	60
3.4.5. Princípio da preclusão	61
3.5. Princípios do processo do trabalho	61
3.5.1. Princípio da proteção	62
3.5.2. Princípio da conciliação	62
3.5.3. Princípio do jus postulandi	63
3.5.4. Princípio da oralidade	64
3.5.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	64
3.5.6. Princípio da extrapetição	65
3.5.7. Princípio da simplicidade	66
4. Questões dissertativas	66

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	69
1. Introdução	69
2. Tribunal Superior do Trabalho	70
2.1. Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	72
3. Tribunais Regionais do Trabalho	73
4. Juízes do trabalho	76
5. Ingresso na carreira	76
6. Garantias dos juízes	77
7. Vedações dos juízes	78
8. Deveres e poderes dos juízes	78
9. Juízo 100% digital	79
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	81
10.1. Secretarias das varas do trabalho	81
10.2. Secretarias dos tribunais	83
10.3. Serviços de distribuição de feitos	83
10.4. Oficiais de justiça avaliadores	85
11. Questões dissertativas	86

Questões

CAPÍTULOS I E II.....	89
1. Questões com gabarito comentado	89

Capítulo III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	95
1. Ministério Público: conceito	95
2. Organização	95
3. Ministério Público do Trabalho	96
4. Princípios institucionais.....	98
4.1. Unidade	98
4.2. Indivisibilidade.....	99
4.3. Independência funcional	99
4.4. Promotor natural	99
5. Atribuições do Ministério Público do Trabalho.....	99
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo Ministério Público.....	101
7. Questões dissertativas	102

Capítulo IV

FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURISDIÇÃO	105
1. Formas de solução de conflitos	105
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição).....	106
2.1. Mediação e conciliação.....	106
2.2. Comissão de Conciliação Prévia	108
2.2.1. Introdução.....	108
2.2.2. Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa.....	108

2.2.3.	Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia	109
2.2.4.	Consequências da conciliação firmada perante a CCP.....	110
2.3.	Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial.....	111
3.	Arbitragem	112
4.	Jurisdição	114
4.1.	Jurisdição voluntária	114
4.2.	Jurisdição voluntária no processo do trabalho.....	114
4.3.	Procedimento da homologação de acordo extrajudicial.....	114
4.3.1.	Petição conjunta	115
4.3.2.	Representação por advogado.....	115
4.3.3.	Prazo para analisar o acordo extrajudicial	116
4.3.4.	Realização de audiência	116
4.3.5.	Sentença.....	116
4.3.6.	Requisitos do acordo extrajudicial.....	117
4.3.6.1.	Transação	117
4.3.6.2.	Observância de prazo para pagamento das verbas rescisórias.....	117
4.3.6.3.	Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho).....	118
4.3.7.	Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional	119
5.	Questões dissertativas e estudos de caso	119

Capítulo V

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	123
1. Competência	123
1.1. Introdução	123
1.2. Classificação	124
1.2.1. Competência originária e derivada	124
1.2.1.1. Ação acessória	125
1.2.2. Competência exclusiva e competência concorrente.....	125
1.2.3. Competência absoluta e relativa	125
1.2.3.1. Competência absoluta	125
1.2.3.2. Competência relativa	126
1.2.3.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa	128
2. Critérios de modificação da competência.....	128
2.1. Conexão e continência.....	129
3. Competência em razão da matéria e da pessoa	130
3.1. Ações oriundas da relação de trabalho.....	132
3.1.1. Relações de consumo	133
3.1.2. Honorários advocatícios	133
3.1.3. Ações penais.....	134
3.1.4. Representantes comerciais	135
3.1.5. Motoristas de aplicativo	135
3.1.6. Transportadores autônomos	136
3.2. Entes de direito público externo.....	137
3.2.1. Estados estrangeiros	138

3.2.2.	Organismos ou organizações internacionais.....	138
3.2.3.	Esquema.....	139
3.3.	Servidores da administração pública.....	140
3.3.1.	Relação empregatícia	140
3.3.2.	Vínculo estatutário.....	141
3.3.3.	Vínculo temporário	142
3.3.4.	Cessão de servidor.....	143
3.3.5.	Cargo em comissão.....	144
3.3.6.	Alteração do regime de contratação	144
3.4.	Competência trabalhista perante a greve	145
3.4.1.	Dissídio coletivo de greve de servidor público	147
3.5.	Ações envolvendo sindicatos.....	147
3.6.	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	149
3.6.1.	Mandado de segurança.....	149
3.6.2.	<i>Habeas corpus</i>	150
3.6.3.	<i>Habeas data</i>	151
3.7.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	152
3.7.1.	Ação de indenização por danos ocorridos nas fases pré e pós contratual	153
3.8.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho.....	154
3.9.	Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir ...	155
3.9.1.	Contribuições previdenciárias decorrentes dos acordos firmados perante a Comissão de Conciliação Prévia.....	157
3.9.2.	Contribuições de terceiros	157
3.10.	Outras competências da Justiça do Trabalho	157
3.11.	Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho.....	158
3.12.	Competência normativa	159
4.	Competência funcional.....	159
5.	Competência em razão do lugar (territorial)	160
5.1.	Local da prestação dos serviços	161
5.1.1.	Prestação de serviços em diversas localidades	161
5.2.	Agente ou viajante comercial	162
5.3.	Empregado brasileiro que trabalha no exterior.....	162
5.4.	Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato.....	163
5.5.	Competência Territorial na Ação Civil Pública	164
5.6.	Foros distritais ou regionais	166
5.7.	Foro de eleição	166
6.	Conflitos de competência.....	167
7.	Questões dissertativas e estudos de caso	169
8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	171
Questões		
CAPÍTULOS III A V.....		175
1.	Questões com gabarito comentado	175
2.	Questões de concursos	185
3.	Gabarito.....	186

Capítulo VI

PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO	187
1. Conceito	187
2. Capacidade de ser parte	187
3. Capacidade processual	188
3.1. Representação	188
3.1.1. Incapazes	189
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas	190
3.1.2.1. Representação das autarquias e fundações	191
3.1.3. Representação em audiência	193
4. Capacidade postulatória e o <i>jus postulandi</i>	195
5. Representação por advogado	197
5.1. Substabelecimento	199
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento	200
5.3. Mandato tácito	201
5.4. Estagiário	202
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	202
5.6. Regularização da representação	205
6. Honorários advocatícios	207
6.1. Honorários advocatícios sucumbenciais	207
7. Benefício da justiça gratuita	211
7.1. Conceito	211
7.2. Benefício da justiça gratuita x assistência judiciária gratuita	211
7.3. Características do benefício da justiça gratuita	212
7.4. Sujeitos beneficiários	214
7.5. Abrangência da gratuidade	215
7.6. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	216
8. Litisconsórcio	217
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios	221
9. Substituição processual	221
10. Sucessão processual	223
11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo	224
12. Litigância de má-fé	225
12.1. Beneficiário da justiça gratuita	227
13. Chamamento à autoria no fato do príncipe	228
13.1. Procedimento	229
13.2. Coronavírus e fato do príncipe	230
14. Assédio processual	230
15. Questões dissertativas e estudos de caso	232
16. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	234

CAPÍTULO VII

ATOS PROCESSUAIS	241
1. Introdução	241
2. Comunicação dos atos processuais	242
2.1. Formas de citação	243
2.1.1. Notificação postal	243

2.1.2.	Notificação por edital	244
2.1.3.	Notificação por oficial de justiça	245
2.1.4.	Notificação por meio eletrônico	246
2.2.	Formas de intimação	247
2.2.1.	Intimação pelo diário oficial.....	247
2.2.2.	Intimação postal ou por oficial de justiça.....	248
2.2.3.	Intimação eletrônica	248
2.2.4.	Intimação na audiência	249
3.	Prazos processuais.....	249
3.1.	Princípios dos prazos processuais	251
3.2.	Contagem dos prazos processuais.....	251
3.2.1.	Contagem em dias úteis	253
3.2.2.	Início da contagem quando marcada audiência de julgamento	254
3.2.3.	Contagem dos prazos no processo eletrônico	254
3.2.4.	Interrupção e suspensão.....	256
3.2.4.1.	Recesso forense e o CPC/2015	257
3.3.	Prazos diferenciados	258
3.4.	Principais prazos processuais	259
4.	Despesas processuais	261
4.1.	Custas processuais.....	261
4.1.1.	Valor das custas processuais	261
4.1.2.	Responsabilidade pelo pagamento das custas	263
4.1.3.	Momento do recolhimento das custas.....	264
4.1.4.	Isentos do pagamento das custas.....	264
4.2.	Valor dos emolumentos.....	266
4.3.	Honorários periciais.....	266
5.	Negócio jurídico processual	268
6.	Questões dissertativas e estudos de caso	271
7.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	273

Questões

CAPÍTULOS VI E VII.....	277
1. Questões com gabarito comentado	277
2. Questões de concursos	287
3. Gabarito	290

Capítulo VIII

NULIDADES PROCESSUAIS	291
1. Vícios processuais: classificação	291
2. Princípios das nulidades processuais.....	292
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo).....	292
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	292
2.3. Princípio da economia processual	294
2.4. Princípio do interesse.....	294
2.5. Princípio da utilidade.....	295
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas.....	295
3. Arguição e efeitos da declaração de nulidade	295

4. Quadro resumido	296
5. Questões dissertativas e estudos de caso	297

Capítulo IX

PETIÇÃO INICIAL.....	301
1. Formas de reclamação.....	301
2. Requisitos da petição inicial.....	302
2.1. Valor da causa	303
2.2. Causa de pedir (breve exposição dos fatos).....	303
2.3. Pedido	304
2.3.1. Requisitos do pedido	305
2.3.2. Cumulação de pedidos.....	306
3. Aditamento e emenda da petição inicial.....	309
4. Indeferimento da petição inicial.....	310
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial.....	311
5. Improcedência liminar do pedido	312
6. Desistência da reclamação.....	314
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia	314
7. Questões dissertativas e estudos de caso	315

Questões

CAPÍTULOS VIII E IX.....	319
1. Questões com gabarito comentado	319

Capítulo X

AUDIÊNCIAS.....	323
1. Generalidades	323
2. Atraso na audiência	326
3. Fracionamento da audiência.....	327
4. Comparecimento das partes.....	327
4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto	328
4.1.1. Preposto e advogado	329
4.2. Ausência do reclamante	330
4.3. Ausência do reclamado	332
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público	333
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	334
5. Suspensão da audiência	336
6. Audiências telepresenciais e por videoconferência	337
6.1. Distinção.....	337
6.2. Audiência por videoconferência.....	338
6.3. Audiência telepresencial.....	341
6.4. Regras comuns	342
6.5. Sustentação oral	343
7. Acordo judicial.....	343
8. Questões dissertativas e estudos de caso	347
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	348

Capítulo XI

RESPOSTA DO RÉU	349
1. Introdução	349
2. Contestação	351
2.1. Defesas processuais.....	351
2.1.1. Incompetência relativa	352
2.1.2. Perempção	352
2.1.3. Legitimidade.....	353
2.2. Defesas de mérito.....	355
2.2.1. Compensação x dedução x retenção	356
2.3. Princípios.....	358
2.3.1. Princípio da impugnação específica	358
2.3.2. Princípio da eventualidade	358
2.4. Revelia.....	359
2.4.1. Não produção dos efeitos da revelia	360
2.4.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	360
3. Exceções	363
3.1. Exceção de impedimento e suspeição	365
3.1.1. Momento de alegação	367
3.1.2. Procedimento.....	367
3.2. Exceção de incompetência (relativa)	369
3.2.1. Prazo para apresentação	370
3.2.2. Necessidade de indicação do juízo competente	371
3.2.3. Suspensão do processo.....	371
3.2.4. Contraditório.....	372
3.2.5. Produção de prova oral	372
3.2.6. Decisão da exceção de incompetência	373
3.2.7. Recorribilidade da decisão proferida na exceção	373
3.2.8. Fluxograma	374
4. Reconvenção.....	375
5. Questões dissertativas e estudos de caso	376
6. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	378

Questões

CAPÍTULOS X E XI.....	379
1. Questões com gabarito comentado	379
2. Questões de concurso	385
3. Gabarito	387

Capítulo XII

PROVAS	389
1. Introdução	389
2. Princípios da prova	390
2.1. Contraditório e ampla defesa	390
2.2. Necessidade	392
2.3. Oralidade.....	392
2.4. Imediação.....	393
2.5. Aquisição processual da prova ou comunhão da prova	393

3. Classificação	394
4. Ônus da prova	395
4.1. Distribuição do ônus da prova (teorias estática, dinâmica e convencional) ..	396
4.1.1. Teoria estática do ônus da prova	396
4.1.2. Teoria dinâmica do ônus da prova	397
4.1.2.1. Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova	398
4.1.2.2. Fundamentação da decisão	398
4.1.2.3. Prova impossível ou excessivamente difícil	399
4.1.3. Distribuição convencional do ônus da prova	399
4.2. Casos específicos na jurisprudência do TST	400
4.2.1. Equiparação salarial	401
4.2.2. Recebimento da notificação	401
4.2.3. Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho	402
4.2.4. Horas extraordinárias	403
4.2.4.1. Registro de ponto por exceção	406
4.2.5. Dispensa discriminatória de portador de doença grave	407
4.2.6. Vale-transporte	408
4.2.7. Diferenças no recolhimento do FGTS	409
5. Prova emprestada	409
6. Alteração da ordem de produção dos meios de prova	411
7. Meios de prova	412
7.1. Interrogatório e depoimento pessoal	412
7.1.1. Confissão	415
7.2. Prova testemunhal	417
7.2.1. Generalidades	417
7.2.2. Quem pode testemunhar?	418
7.2.3. Número máximo de testemunhas	420
7.2.4. Comparecimento das testemunhas em audiência	420
7.2.5. Procedimento	421
7.2.6. Multa aplicada à testemunha	423
7.3. Prova documental	424
7.3.1. Falsidade de documento	426
7.4. Prova pericial	427
7.5. Inspeção judicial	431
8. Provas e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	432
9. Encerramento da instrução	433
10. Questões dissertativas e estudos de caso	433
11. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	436

Capítulo XIII

SENTENÇA E COISA JULGADA	439
1. Pronunciamentos judiciais	439
1.1. Sentença	439
1.2. Decisão Interlocutória	440
1.3. Despacho	441
1.4. Acórdão	441

2.	Requisitos da sentença	441
2.1.	Fundamentação	443
3.	Classificação	448
4.	Princípio da congruência	449
5.	Publicação e intimação	452
6.	Juízo de retratação	453
7.	Julgamento antecipado	453
7.1.	Julgamento antecipado total	453
7.2.	Julgamento parcial do mérito	453
8.	Efeitos anexos da sentença	455
8.1.	Hipoteca judiciária	455
9.	Coisa julgada	457
10.	Questões dissertativas e estudos de caso	458

Capítulo XIV

TUTELA PROVISÓRIA	461
1. Tutela provisória	461
1.1. Distinção: tutela de urgência e tutela de evidência	462
2. Tutelas de urgência	464
2.1. Requisitos para concessão	466
2.2. Formas de requerimento	468
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	468
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada	469
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	470
3. Tutela de evidência	470
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência	471
4. Momento de concessão e meios de impugnação	471
5. Questões dissertativas	473

Capítulo XV

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO	475
1. Procedimento sumaríssimo	475
1.1. Incidência	475
1.2. Petição inicial e prazo para apreciação	476
1.3. Audiência	476
1.4. Sentença	477
1.5. Recursos	478
1.5.1. Recurso ordinário	478
1.5.2. Recurso de revista	478
1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência)	479
2. Procedimento sumário	479
3. Procedimento ordinário	480
4. Questões dissertativas e estudos de caso	481
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	482

Questões

CAPÍTULOS XII A XV	483
1. Questões com gabarito comentado	483
2. Questões de concursos	489
3. Gabarito	490

Capítulo XVI

RECURSOS TRABALHISTAS	491
1. Teoria geral dos recursos.....	491
1.1. Meios de impugnação.....	491
1.2. Conceito de recurso.....	491
1.3. Classificação	493
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	493
1.3.2. Quanto à fundamentação	493
1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	494
1.3.4. Quanto à independência	494
1.3.5. Resumo das classificações.....	497
1.4. Princípios recursais.....	498
1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	498
1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade).....	498
1.4.3. Princípio da unrecorribilidade (singularidade)	498
1.4.4. Princípio da consumação.....	499
1.4.5. Princípio da fungibilidade (conversibilidade).....	499
1.4.6. Princípio da dialeticidade.....	501
1.4.7. Princípio da voluntariedade.....	503
1.4.8. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	503
1.4.9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	503
1.4.10. Princípio da primazia da decisão de mérito	505
1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	506
1.5.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista	509
1.5.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial.....	509
1.5.2. Poderes do relator	511
1.6. Pressupostos recursais	513
1.6.1. Introdução.....	513
1.6.2. Cabimento.....	514
1.6.3. Legitimidade para recorrer	514
1.6.4. Interesse em recorrer	515
1.6.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer...	515
1.6.5.1. Aceitação da decisão	515
1.6.5.2. Renúncia	516
1.6.5.3. Desistência	516
1.6.6. Tempestividade.....	517
1.6.6.1. Intempestividade	520
1.6.7. Representação	520
1.6.8. Preparo	525
1.6.8.1. Custas processuais.....	525
1.6.8.2. Depósito recursal	529
1.6.8.2.1. Generalidades	529
1.6.8.2.2. Prazo para recolhimento e comprovação	530
1.6.8.2.3. Depósito em conta vinculada ao juízo	530
1.6.8.2.4. Correção monetária	531
1.6.8.2.5. Substituição do depósito em dinheiro por fiança	
bancária ou seguro garantia judicial.....	531
1.6.8.2.6. Valor do depósito recursal	533

1.6.8.2.7.	Redução do valor do depósito recursal pela metade	535
1.6.8.2.8.	Recursos que exigem o depósito recursal	536
1.6.8.2.9.	Diferença no recolhimento do depósito recursal	537
1.6.8.2.10.	Isenção do depósito recursal	538
1.6.9.	Regularidade formal	539
1.7.	Juntada de documentos.....	540
1.8.	Efeitos recursais.....	541
1.8.1.	Efeito obstativo.....	541
1.8.2.	Efeito devolutivo.....	541
1.8.3.	Efeito suspensivo.....	544
1.8.4.	Efeito translativo.....	545
1.8.5.	Efeito regressivo.....	545
1.8.6.	Efeito expansivo.....	546
1.8.7.	Efeito substitutivo	546
1.9.	Remessa necessária.....	547
2.	Recursos em espécie.....	550
2.1.	Embargos de declaração	550
2.1.1.	Introdução.....	550
2.1.2.	Competência	550
2.1.3.	Prazo para interposição	550
2.1.4.	Hipóteses de cabimento.....	551
2.1.5.	Pronunciamentos recorríveis.....	553
2.1.6.	Embargos de declaração com efeito modificativo.....	553
2.1.7.	Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator.....	555
2.1.8.	Embargos de declaração protelatórios.....	556
2.1.9.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios.....	557
2.2.	Recurso ordinário	558
2.2.1.	Introdução.....	558
2.2.2.	Hipóteses de cabimento.....	558
2.2.3.	Juízo de retratação	559
2.2.4.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal.....	560
2.2.5.	Recurso ordinário no rito sumaríssimo.....	561
2.3.	Agravo de petição.....	561
2.3.1.	Agravo de petição no incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	564
2.4.	Recurso de revista	565
2.4.1.	Introdução.....	565
2.4.2.	Prazo	566
2.4.3.	Competência para julgamento	566
2.4.4.	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	567
2.4.4.1.	Prequestionamento.....	567
2.4.4.2.	Transcendência.....	570
2.4.5.	Hipóteses de cabimento.....	571
2.4.5.1.	Divergência jurisprudencial	572
2.4.5.1.1.	Incidente de uniformização trabalhista.....	575
2.4.5.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	578

2.4.6.	Rito sumaríssimo.....	579
2.4.7.	Fase de execução	580
2.4.8.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	580
2.4.9.	Recurso de revista de causas repetitivas.....	581
2.4.9.1.	Introdução	581
2.4.9.2.	Requisitos	581
2.4.9.3.	Processamento	582
2.4.9.3.1.	Competência	582
2.4.9.3.2.	Proposta de afetação.....	582
2.4.9.3.3.	Decisão de afetação.....	584
2.4.9.3.4.	Suspensão de outros recursos	584
2.4.9.3.4.1.	Requerimento de não suspensão e prosseguimento do recurso	585
2.4.9.3.5.	Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Trabalho.....	586
2.4.9.3.6.	Julgamento.....	587
2.4.9.3.7.	Efeito do julgamento para os processos futuros ..	589
2.4.9.3.8.	Desistência da ação em curso no primeiro grau ..	590
2.4.9.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos.....	590
2.5.	Embargos no TST	591
2.5.1.	Introdução.....	591
2.5.2.	Embargos infringentes	591
2.5.3.	Embargos de divergência (embargos à SDI)	592
2.5.3.1.	Introdução	592
2.5.3.2.	Prazo	593
2.5.3.3.	Competência para julgamento.....	593
2.5.3.4.	Prequestionamento	594
2.5.3.5.	Hipóteses de cabimento	594
2.5.3.6.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo ..	595
2.5.3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo	595
2.5.3.8.	Embargos de divergência na fase executiva	596
2.5.3.9.	Antigo recurso de embargos de nulidade.....	596
2.6.	Agravo de instrumento	597
2.6.1.	Cabimento	597
2.6.2.	Prazo	599
2.6.3.	Competência	600
2.6.4.	Pressupostos recursais.....	600
2.6.4.1.	Formação do instrumento.....	600
2.6.5.	Juízo de retratação	602
2.7.	Agravo interno e regimental.....	602
2.7.1.	Multa no agravo interno	604
2.8.	Recurso extraordinário	605
2.8.1.	Recurso extraordinário repetitivo	608
3.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	610
3.1.	Microssistema de julgamentos de causas repetitivas	610
3.2.	Natureza jurídica	611
3.3.	Cabimento e requisitos.....	611

3.4.	Competência	612
3.5.	Legitimidade.....	613
3.5.1.	Desistência ou abandono	613
3.6.	Procedimento.....	614
3.7.	Meios de impugnação do julgamento do IRDR.....	616
4.	Incidente de assunção de competência	617
4.1.	Introdução.....	617
4.2.	Cabimento	618
4.3.	Competência	618
4.4.	Legitimidade.....	619
4.5.	Objetivos.....	619
4.6.	Requisitos.....	619
4.7.	Procedimento	620
4.8.	Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência.....	621
4.9.	Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência.....	621
4.10.	Assunção de competência no TST	622
5.	Reclamação.....	624
5.1.	Introdução	624
5.2.	Natureza jurídica	625
5.3.	Cabimento	625
5.4.	Legitimidade.....	626
5.5.	Procedimento.....	626
5.6.	Recursos da decisão da reclamação.....	627
6.	Reclamação correicional	627
7.	Questões dissertativas e estudos de caso	629
8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	632

Questões

CAPÍTULO XVI	649
1. Questões com gabarito comentado	649
2. Questões de concurso	657
3. Gabarito.....	658

Capítulo XVII

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	659
1. Introdução	659
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal	660
3. Modalidades de liquidação	660
3.1. Liquidação por cálculos	660
3.1.1. Procedimento.....	661
3.2. Liquidação por arbitramento.....	662
3.3. Liquidação por artigos.....	663
4. Juros e correção monetária	663
4.1. Modulação de efeitos.....	666
4.2. Condenação em face da Fazenda Pública	667
5. Impugnação da decisão de liquidação.....	668

6. Questões dissertativas e estudos de caso	670
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	671

Capítulo XVIII

EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	673
1. Introdução	673
2. Título executivo.....	674
2.1. Títulos judiciais.....	674
2.2. Títulos extrajudiciais	675
3. Execução provisória e definitiva	675
4. Competência	678
5. Legitimidade	678
5.1. Legitimidade ativa.....	678
5.2. Legitimidade passiva	679
6. Responsabilidade patrimonial	680
6.1. Responsabilidade do sucessor.....	683
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização.....	683
6.3. Responsabilidade do sócio.....	686
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica	686
6.3.2. Responsabilidade do ex-sócio.....	690
6.3.3. Responsabilidade da empresa integrante do Grupo Econômico	691
7. Fraude contra credores e fraude à execução.....	692
7.1. Fraude contra credores	692
7.2. Fraude à execução.....	693
7.2.1. Bens sujeitos a registro	695
7.3. Principais diferenças.....	696
8. Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	696
8.1. Introdução.....	696
8.2. Citação.....	697
8.3. Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória.....	697
8.3.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	700
8.3.2. Protesto.....	701
8.3.3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASAJUD).....	702
8.4. Nomeação de bens	703
8.5. Penhora.....	704
8.5.1. Depositário.....	706
8.5.2. Penhora em dinheiro.....	707
8.5.2.1. Bloqueio de contas bancárias (penhora <i>on-line</i>).....	708
8.5.2.2. Seguro-garantia judicial e fiança bancária	710
8.5.3. Penhora de semoventes e de animais de estimação	711
8.5.4. Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial.....	713
8.5.5. Penhora de direitos aquisitivos derivados de alienação fiduciária em garantia.....	714
8.5.6. Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta	715
8.5.7. Bens impenhoráveis	715

8.5.8.	Impenhorabilidade da remuneração do executado.....	717
8.5.8.1.	Impenhorabilidade do bem de família	719
8.6.	Defesa na execução	721
8.6.1.	Embargos à execução	721
8.6.1.1.	Natureza jurídica	721
8.6.1.2.	Prazo	722
8.6.1.3.	Competência.....	723
8.6.1.4.	Matérias passíveis de alegação (objeto)	723
8.6.1.5.	Efeito Suspensivo dos embargos	724
8.6.1.6.	Procedimento	725
8.6.2.	Exceção de pré-executividade.....	726
8.6.3.	Impugnação à decisão de liquidação.....	726
8.6.4.	Embargos de terceiros.....	727
8.6.4.1.	Generalidades	727
8.6.4.2.	Prazo	728
8.6.4.3.	Competência.....	728
8.7.	Prescrição intercorrente	729
8.8.	Expropriação de bens.....	731
8.8.1.	Adjudicação.....	731
8.8.2.	Arrematação	733
8.8.2.1.	Introdução	733
8.8.2.2.	Legitimidade	733
8.8.2.3.	Publicidade	734
8.8.2.4.	Lance	735
8.8.2.5.	Pagamento.....	736
8.8.2.6.	Pagamento parcelado	736
8.8.2.6.1.	Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado.....	736
8.8.2.6.2.	Requerimento de pagamento parcelado do débito pelo executado	738
8.8.3.	Meios de impugnação da expropriação	739
8.9.	Esquema da execução contra devedor solvente	741
8.10.	Remição da execução	741
8.11.	Execução de prestações sucessivas	743
9.	Execução de obrigação de fazer e de não fazer	743
9.1.	Título judicial	743
9.2.	Título extrajudicial.....	745
10.	Execução de contribuições previdenciárias	746
11.	Execução contra a massa falida.....	751
12.	Execução contra a Fazenda Pública	752
12.1.	Introdução	752
12.2.	Precatório.....	755
12.2.1.	Ordem preferencial.....	756
12.2.2.	Preterição e não inclusão no orçamento.....	758
12.3.	Requisição de pequeno valor.....	758
13.	Questões dissertativas e estudos de caso	760
14.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	762

Questões

CAPÍTULOS XVII E XVIII	767
1. Questões com gabarito comentado	767
2. Questões de concursos	772
3. Gabarito	773

Capítulo XIX

DISSÍDIO COLETIVO	775
1. Conceito	775
2. Classificação	776
3. Poder normativo	777
3.1. Limites	777
3.1.1. Limite mínimo.....	777
3.1.2. Limite máximo.....	778
4. Competência	779
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	779
5. Legitimidade	780
6. Pressupostos processuais específicos	781
6.1. Negociação prévia.....	781
6.2. Autorização em assembleia.....	782
6.3. Comum acordo.....	782
6.4. Época própria para ajuizamento.....	783
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	784
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato	784
7. Procedimento	784
8. Sentença normativa.....	785
8.1. Conceito e natureza jurídica.....	785
8.2. Início da vigência	786
8.3. Prazo de vigência.....	786
8.4. Extensão	786
9. Coisa julgada	788
10. Recursos	788
10.1. Efeito suspensivo	788
11. Dissídio revisional	789
12. Dissídio coletivo na administração pública	789
13. Ação de cumprimento	790
13.1. Natureza jurídica.....	790
13.2. Cabimento	791
13.3. Competência	791
13.4. Legitimidade.....	791
13.5. Momento do ajuizamento.....	792
13.6. Prescrição.....	792
13.7. Objeto	792
13.8. Coisa julgada.....	792
14. Questões dissertativas e estudos de caso	793
15. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	794

Questões

CAPÍTULO XIX.....	797
1. Questões com gabarito comentado	797

Capítulo XX

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	799
1. Inquérito para apuração de falta grave	799
1.1. Cabimento	799
1.2. Prazo para propositura	800
1.3. Procedimento	801
1.4. Efeitos da sentença.....	801
2. Ação civil pública	802
2.1. Introdução	802
2.2. Cabimento	802
2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	803
2.4. Competência	805
2.5. Legitimidade	807
2.6. Litisconsórcio.....	808
2.7. Objeto	809
2.8. Tutelas de urgência.....	810
2.9. Prescrição.....	811
2.10. Litispendência	812
2.11. Instrução.....	813
2.12. Sentença	814
2.13. Coisa julgada	814
2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos	815
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos	817
2.13.3. Esquema.....	819
2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios	819
3. Ação rescisória	820
3.1. Introdução	820
3.2. Competência	820
3.3. Legitimidade	823
3.4. Pressuposto da ação rescisória	824
3.4.1. Trânsito em julgado	825
3.4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente	826
3.5. Prazo para ajuizamento.....	829
3.5.1. Recurso parcial	830
3.5.2. Acordo homologado judicialmente	831
3.6. Hipóteses de cabimento	832
3.6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	834
3.6.2. Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juiz	834
3.6.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei.....	835
3.6.4. Ofensa à coisa julgada.....	837

3.6.5. Violação manifesta de norma jurídica	839
3.6.6. Prova falsa	842
3.6.7. Obtenção de prova nova	842
3.6.8. Erro de fato.....	843
3.7. Juízo rescindendo e juízo rescisório	845
3.8. Valor da causa	845
3.9. Depósito prévio	846
3.10. Procedimento.....	847
3.11. Honorários advocatícios	848
3.12. Recurso.....	848
3.13. Ação rescisória de ação rescisória.....	849
3.14. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	849
4. Mandado de segurança	862
4.1. Conceito.....	862
4.2. Legitimidade.....	862
4.2.1. Legitimidade ativa	862
4.2.2. Legitimidade passiva	863
4.3. Competência	864
4.4. Modalidades	864
4.5. Cabimento	865
4.6. Ato ilegal ou abuso de poder.....	866
4.7. Direito líquido e certo.....	866
4.8. Prazo para impetração.....	868
4.9. Petição inicial	869
4.10. Despacho da petição inicial.....	870
4.11. Informações da autoridade coatora	870
4.12. Parecer do Ministério Público.....	871
4.13. <i>Jus postulandi</i>	871
4.14. Honorários advocatícios	871
4.15. Recurso.....	871
4.16. Reexame necessário	872
4.17. Mandado de segurança coletivo	872
4.18. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	873
5. Consignação em pagamento	878
5.1. Cabimento	878
5.2. Objeto	878
5.3. Competência	879
5.4. Legitimidade.....	879
5.5. Procedimento.....	879
6. Ação monitória	880
6.1. Conceito.....	880
6.2. Aplicação ao processo do trabalho.....	881
6.3. Procedimento.....	881
7. Questões dissertativas e estudos de caso	884

Questões

CAPÍTULO XX	887
1. Questões com gabarito comentado	887

Capítulo XXI

INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL	893
1. Introdução	893
2. Sistema de peticionamento eletrônico	895
3. Processo judicial eletrônico	896
3.1. Introdução	896
3.2. Assinatura digital.....	897
3.3. Usuários.....	899
3.3.1. Responsabilidade do usuário	902
3.3.2. Uso inadequado do sistema.....	902
3.4. Disponibilidade e indisponibilidade do sistema.....	902
3.5. Recebimento de arquivos.....	904
3.6. Documentos.....	905
3.6.1. Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados...	907
3.7. Consulta.....	907
3.7.1. Segredo de justiça e do sigilo	908
3.8. Atos processuais	908
3.8.1. Intimação, citação ou notificação	908
3.8.2. Prazos processuais	909
3.8.2.1. Data da intimação e contagem dos prazos processuais	910
3.8.2.2. Suspensão	911
3.8.3. Juntada de petições.....	911
3.8.3.1. Petição inicial	912
3.8.3.2. Resposta do réu	913
3.8.4. Audiência.....	914
3.8.5. Carta precatória.....	914
3.8.6. Autos suplementares no segundo grau.....	915
3.9. Administração do sistema	915
3.9.1. Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho	915
3.9.1.1. Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe).....	916
3.9.2. Comitês gestores regionais (CGRPJe).....	917
3.9.3. Administrador do sistema	919
3.9.4. Equipe de teste.....	920
4. Questões dissertativas e estudos de caso	921

Questão

CAPÍTULO XXI	923
1. Questão com gabarito comentado.....	923

BIBLIOGRAFIA	925
---------------------------	------------